


MOVIMENTO DE POLICIAIS ANTIFASCISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE SUAS AÇÕES, PRÁTICAS E IDEIAS NA CONTEMPORANEIDADE

 10.5935/2177-6644.20210013

POLICEMEN OF THE ANTI-FASCIST POLICE MOVEMENT IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THEIR ACTIONS, PRACTICES AND IDEAS IN CONTEMPORARY TIMES

POLICÍAS DEL MOVIMIENTO POLICIAL ANTIFASCISTA EN BRASIL: UN ANÁLISIS DE SUS ACCIONES, PRÁCTICAS E IDEAS EN LA ÉPOCA CONTEMPORÁNEA

Franz Cezarinho*

 <https://orcid.org/0000-0001-7428-0090>

Resumo: Este trabalho de pesquisa objetiva desenvolver uma investigação que subsidie a análise e a compreensão das ações, práticas e ideias dos policiais do Movimento de Policiais Antifascismo no Brasil contemporâneo. Esta investigação situa-se no campo da Esquerda Militar que como conceito, servirá de instrumento analítico dos dados e dará inteligibilidade aos policiais. Como campo de estudo, será relacionado aos Estudos de Policiamento. Partindo desses pressupostos, serão investigados: 1) os meios instrumentalizados para efetivar suas ações; 2) as articulações político-partidárias e as articulações internas nas corporações; 3) as ideias de policiamento; e 4) o significado de democracia para eles (as). As abordagens qualitativa e quantitativa integram os procedimentos metodológicos que têm como campo de investigação as mídias digitais, com destaque ao *Facebook* que servirá como espaço virtual para obter dados primários; a aplicação de questionários *on-line*, por meio da plataforma *google forms*; além do levantamento bibliográfico para delinear os debates sobre democracia que permearam os antecedentes históricos da Constituição Federal de 1988 no Brasil.


Palavras-chave: Policiais Antifascismo. Mídias digitais. Esquerda Militar. Estudos de Policiamento. Democracia.

Abstract: This project aims to develop an investigation about actions and ideas of the policemen of Anti-Fascism Movement in Brazil. This research is situated in the field of left-winger military that as a concept will suit of analytical instrument of the data and will become intelligible to cops. As a field of study, it will be related to Policing studies. From these assumptions, will be investigated 1) the instrumental analytical means too effective to carry out their actions; 2) the party political articulations in the corporations; 3) ideas of policing; and 4) the meaning of democracy to them. The qualitative and quantitative approaches integrate the methodological procedure that have as a field of investigation the digital media, with emphasis to Facebook that will serve as virtual space to obtain primary data; the online questionnaire application, through Google forms; beyond the bibliographic survey to outline the debates on democracy before the Federal Constitution of 1988 in Brazil.

Key-words: Anti-Fascist Policemen. Digital media. Left-winger military. Policing Studies. Democracy.

Resumen: Este proyecto tiene como objetivo desarrollar una investigación sobre las acciones e ideas de los policías del Movimiento Antifascista en Brasil. Esta investigación se sitúa en el campo de los militares de izquierda que, como concepto, se adaptará a un instrumento analítico de los datos y se volverá inteligible para los policías. Como campo de estudio, estará relacionado con los estudios de Policía. A partir de estos supuestos, se investigará 1) los medios analíticos instrumentales demasiado efectivos para llevar a cabo sus acciones; 2) las articulaciones políticas partidistas en las corporaciones; 3) ideas de vigilancia; y 4) el significado de la democracia para ellos. Los enfoques cualitativos y cuantitativos integran el procedimiento metodológico que tienen como campo de investigación los medios digitales, con énfasis en Facebook que servirá como espacio virtual para la obtención de datos primarios; la solicitud de cuestionario en línea, a través de formularios de Google; más allá de la revisión bibliográfica para esbozar los debates sobre democracia antes de la Constitución Federal de 1988 en Brasil.

Palabras-clave: Policías antifascistas. Medios digitales. Militar de izquierda. Estudios policiales. Democracia.

* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Araraquara). Policial Militar do Estado de Minas Gerais.  <http://lattes.cnpq.br/6804679547430290> - E-mail: cezarinho25@hotmail.com.

Introdução e Síntese Bibliográfica

O objeto desta pesquisa são as noções de policiamento, as articulações políticas, a percepção de democracia e os meios utilizados para efetivar ações que os policiais do Movimento de Policiais Antifascismo¹ possuem. A grande maioria desses sujeitos, nas mídias digitais, afirma ter inclinações político-ideológicas à esquerda e buscam uma reestruturação da atividade policial no país.

Exatamente no dia 1º de março de 2018, o Manifesto dos Policiais Antifascismo foi publicado nas redes sociais para delinear o campo de atuação e a agenda política do movimento. Esse manifesto, elaborado no I Seminário Nacional de Policiais Antifascismo², em Setembro de 2017, no Rio de Janeiro, exhibe, dentre outras, as seguintes opiniões e pautas políticas: 1) o fascismo³ é um estilo de vida que expressa violência à diferença e tem crescido no Brasil; 2) Os policiais devem possuir direitos à greve, a organizar-se ou filiar-se a partidos e não serem submetidos a prisões administrativas. Dessa forma, os policiais poderão ser reconhecidos como trabalhadores; 3) evitar o discurso de estado de guerra contínuo que tende a vitimar as populações pobres e negras; 4) lutar contra a atual política de repressão às drogas que acaba militarizando as forças policiais não solucionando o problema; 5) propor a desmilitarização da polícia, a reestruturação horizontal das instituições policiais, evitando a formação de “castas” onde grupos minoritários são privilegiados em detrimento daqueles que estão nas ruas todos os dias (MANIFESTO DOS POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2018).

Outro importante documento do movimento foi publicado no dia 5 de Junho de 2020 e assinado por 500 policiais. Intitulado *Políciais Antifascismo em Defesa da Democracia Popular* em formato de manifesto, esse documento está envolto ao seguinte contexto:

O que se apresenta neste momento, como uma ameaça singular, é a institucionalização e o avanço destes mecanismos de controle e repressão, que pretendem afastar toda e qualquer forma de oposição ao modelo político-jurídico-econômico neoliberal. Não podemos esquecer que, ao assumir a Presidência da República, Jair Bolsonaro afirmou que iria ‘banir

¹ No decorrer do texto eu falarei em policiais antifascistas e muitas vezes em Movimento de Policiais Antifascismo. Os dois termos são entendidos aqui como sinônimos. Em certos parágrafos optei por grafar policiais antifascistas pensando-os como sujeitos; em outros momentos eu escrevo Movimento de Policiais Antifascismo porque é o coletivo que está sendo acionado na narrativa. Apesar disso, a distinção de termos na parte metodológica é fundamental para definir o objeto, pois são os policiais antifascistas (militares) do movimento que serão investigados, e isso pode demonstrar dissenso entre o que o Movimento propõe e o que os sujeitos individuais pensam e fazem na prática.

² O evento teve a presença de várias lideranças políticas nacionais como Marcelo Freixo (PSOL), Maria do Rosário (PT) e Ciro Gomes (PDT). O II Seminário Nacional dos Policiais Antifascismo aconteceu em Salvador, Bahia, nos dias 14 e 15 de Março de 2018. Evento esse integrado ao Fórum Social Mundial.

³ De acordo com o *Dicionário de Política*, o fascismo é definido por um sistema de dominação político autoritário, tendo como principais características: 1) o monopólio da representação política, ou seja, a existência de um único partido de massa; 2) oposição aos valores liberais individualistas; 3) oposição ao socialismo e ao comunismo; 4) controle das informações e dos meios de comunicação; 5) Estado totalitário, etc. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

toda a forma de ativismo em nosso país'. Essa é a orientação dos gabinetes do ódio, que transformam as *fake news* em instrumentos de perseguição política (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, p. 2).

Os meses de Abril, Maio e Junho de 2020 foram marcados por manifestações de apoiadores do Governo Federal pedindo o fim do Supremo Tribunal Federal e a instauração de uma intervenção militar. Além disso, a tentativa do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, exposta em rede nacional, de tentar politizar e comandar as ações da Polícia Federal nesse período parece ter sido o ápice para a eclosão de movimentos em defesa da democracia.

Mas o documento, ainda, buscou denunciar a repressão que o Movimento de Policiais Antifascismo vem sofrendo:

Neste exato momento de ameaças de ruptura da ordem democrática institucional, 'com as armas da democracia', o Movimento Policiais Antifascismo está sendo covardemente atacado por uma investigação política do Ministério Público do Rio Grande do Norte. De acordo com o procedimento preparatório, com mais de 600 páginas, somos enquadrados ficticiamente como 'grupo paramilitar', com dezenas de policiais antifascismo sendo identificados com fotos, endereço e telefone (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, p. 2).

Mesmo com tão pouco tempo de existência, o movimento já sofre perseguições, inclusive por instituições entendidas como democráticas. Esse não é o único exemplo. Em Dezembro de 2018 o policial militar João Maria Figueiredo foi executado em São Gonçalo do Amarante - RN com cinco tiros na cabeça, e colegas citam inimigos dentro e fora da corporação. Mais um caso envolvendo policial militar foi o do Tenente Martel Alexandre del Colle do Rio Grande do Sul que foi aposentado em 2019 aos 29 anos por afirmar, no seu perfil no *Facebook*, que não apoiava Jair Bolsonaro.

A *priori*, ou seja, antes de qualquer exame mais profundo, os dois manifestos parecem indicar os sentimentos de ausência de liberdade e direitos, além da existência de excesso de repressão. Por isso, seus questionamentos tangenciam alguma noção de democracia⁴. Ademais, os policiais antifascistas parecem possuir articulações com profissionais da política inseridos nos campos centro-esquerda e esquerda.

Sugere-se que o contexto de criação do Movimento de Policiais Antifascismo esteja ligado aos eventos históricos chamados de "jornadas de junho", de 2013 (ALVES, 2018). Para o professor

⁴ Democracia é um termo que possui vários significados a depender da tradição que a descreve. No sentido formal da teoria política contemporânea em países de tradição democrático-liberal, Democracia significa, dentre outras coisas: 1) distribuição de poderes; 2) existência de eleições diretas ou indiretas de cidadãos que irão compor o poder legislativo, assim como do executivo; 3) elegibilidade de qualquer cidadão ao atingir maioria; 4) liberdade para votar ou participar de qualquer partido político ou associação; 5) as decisões da maioria não podem limitar os direitos da minoria (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Do que foi dito até o momento, essa noção parece contemplar apenas uma parte das ideias que os policiais antifascistas dispõem sobre democracia. Ela se evidencia principalmente nas articulações efetuadas no mundo da política. Tal observação exige um estudo apurado sobre as várias definições de Democracia para criar parâmetros de análise no decorrer da pesquisa.

e delegado de Polícia Civil Fernando Antônio Alves (2018) o Movimento de Policiais Antifascismo é composto por vários profissionais da área da segurança pública, a saber: policiais militares, federais, civis e rodoviários federais, papiloscopistas, escrivães de polícia, bombeiros militares, guardas municipais e agentes prisionais (polícia penal). O movimento eclode, principalmente, como repulsa aos discursos e práticas de extrema-direita que têm tomado conta de contingentes policiais⁵. Os Policiais Antifascistas surgem para promover o debate e resistir às políticas de desmantelamento do Estado Social e dos direitos fundamentais na contemporaneidade. É um movimento de caráter progressista que luta por causas sociais, étnicas, de gênero e de identidade (ALVES, 2018).

Declarar que o movimento visa lutar por causas sociais que extrapolam as relações de classe não é apenas inovador, vislumbra também uma via de análise para compreender que tais policiais carregam as agruras de pertencerem a minorias políticas. Dessa forma, entende-se que por traz dos profissionais de segurança pública existem negros (as), mulheres, homossexuais e diversos grupos étnicos com questões a serem resolvidas na sociedade em que vivem. Tudo isso envolto a um contexto social no qual a polícia brasileira se destaca internacionalmente por ser aquela que mais mata no mundo. Os dados da violência contidos no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2019) demonstram que 11 a cada 100 mortes intencionais foram provocadas pela polícia, dando uma média de 17 pessoas mortas por dia. Em 2018 foram 6.220 vítimas da polícia, havendo assim, um aumento de 19,6% em relação a 2017. Das vítimas, 99,3% são homens; 77,9% estão na faixa entre 15 a 29 anos; e 75,4% são negros.

Por outro lado, o Brasil é o país onde as taxas de vitimização de policiais também são altas. O aumento da criminalidade na sociedade brasileira cria uma relação proporcional entre mortes de civis e policiais. Ainda, conforme o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2019), 343 policiais civis e militares foram assassinados, porém houve uma diminuição de mortes de 8% em relação a 2017. Dentre as vítimas policiais 75% delas não estavam em serviço.

É nessa realidade de elevada violência que o Movimento dos Policiais Antifascismo reabre as discussões sobre a existência de grupos policiais progressistas à esquerda no Brasil, o que parecia algo inconcebível devido ao fato de a polícia ser entendida como a força repressiva do Estado.

Por muito tempo entendeu-se que o Estado moderno só seria possível porque ele detinha o monopólio legítimo da coação física (WEBER, 1999), e, nessa circunstância, a polícia e as Forças

⁵ Esses discursos e essas práticas de extrema-direita não se restringem às corporações policiais e militares, elas permeiam todos os campos sociais. A grande questão que marca as instituições de segurança tem a ver com sua forte presença na política desde o período republicano, tendo a sua maioria alinhada com movimentos de direita. Isso acabou criando uma imagem hegemônica das instituições militares e da segurança públicas como sendo pertencentes à direita no Brasil.

Armadas seriam as instituições responsáveis por isso. No Brasil, por exemplo, entende-se a polícia como aparelho repressivo e burocratizado do Estado, surgido para integrar as classes sociais e controlar os movimentos de trabalhadores (FERNANDES, 1973). Seguindo o mesmo caminho, José Vicente Tavares (1997) afirma que a polícia além de ser o 1) aparelho repressivo do Estado e 2) possuir o consenso na sociedade como instituição que visa à manutenção da lei e da ordem, ainda possui uma terceira dimensão que seria 3) a inserção da violência na organização policial, que se efetiva por meio do excesso de poder. Isso acontece porque o trabalho policial é sempre praticado no limite. A vida é percebida como em perigo constante (TAVARES, 1997).

Todavia, a polícia só é notada em momentos de ações políticas de repressão, pois as suas atividades cotidianas principais, de manutenção da ordem e prevenção de crimes, passam despercebidas tanto pela sociedade quanto pela comunidade acadêmica. Isso implica afirmar que a polícia - conjunto de pessoas autorizadas a regular as relações sociais -, apesar de possuir a competência do uso da força, não a utiliza como sua principal atividade. Pode-se ainda ir além. O Estado, como modelo de burocracia especializada, não possui o monopólio do uso da força e nem é sua criadora, seja historicamente ou na contemporaneidade. Isso porque várias sociedades anteriores ao surgimento do Estado possuíam formas de policiamento e, atualmente, existem agências privadas legítimas para aplicação do uso da força. Há até mesmo organizações ilegais que praticam policiamento, como é o caso das milícias ou de traficantes de drogas. Portanto, a atividade de policiamento (caracterizado como meio para vigiar, impor, monitorar, patrulhar, etc.) não pode ser entendida apenas como uma expressão do poder governamental dado às polícias (BAYLEY, 2001; REINER, 2004; MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010).

É a partir dessa perspectiva que vários estudos sobre a Polícia e o policiamento público estatal vão surgir na década de 1960. David Bayley e Jerome Skolnick (2006) no livro *Nova Polícia* fazem uma análise sobre as inovações efetivadas pelos departamentos de polícia em várias cidades dos Estados Unidos. Para os autores foram quatro os elementos que promoveram inovações nas seis cidades⁶ americanas estudadas: reciprocidade entre a polícia e a comunidade, descentralização do comando por área, reorientação da patrulha e emprego de civis. O que a pesquisa demonstrou foi que a interação com a comunidade promove mais confiança da população com a polícia; integra o policial à comunidade, fazendo-o conhecer a realidade local; foca o policiamento preventivo; e visa à redução da criminalidade (BAYLEY; SKOLNICK, 2006)⁷.

⁶ As cidades foram: Santa Ana, Detroit, Houston, Denver, Oakland e Newark.

⁷ Pesquisas como esta estão dentro da rubrica denominada “Estudos sobre Policiamento” que fazem referência ao campo de pesquisa iniciado na década de 1960 nos Estados Unidos, e que em 1980 começou a se desenvolver em

Tendo como base tal campo de pesquisa, inúmeras tentativas de aplicação desse modelo foram feitas. As reformas na polícia de Nova Iorque, por exemplo, que buscavam modificar práticas policiais institucionalizadas surtiram mais efeitos do que aquelas que visavam à punição (COSTA, 2004).

No Brasil, os Coronéis da Polícia Militar Paulista que participaram da Comissão Estadual de Polícia Comunitária relatam que o policiamento comunitário implantado no estado na década de 1990, possuía muitas dificuldades, não contava com muito apoio da Polícia Civil e de outras organizações do governo estadual, das prefeituras e mesmo do governo federal. Apesar das dificuldades, o policiamento comunitário aproximou a polícia da comunidade. Alguns coronéis da Brigada Militar no Rio Grande do Sul admitem que a existência de um modelo diferente de polícia em uma sociedade democrática depende fortemente de mudanças estruturais e culturais da instituição ao produzir novas relações entre a polícia e a comunidade, a mediação de conflitos como ação principal e a utilização da força de forma técnica (COSTA, 2004; MESQUITA NETO, 2004; BENGOCHEA, et. al., 2004).

Entender a polícia enquanto instituição que regula relações sociais tirando-lhe a conotação de braço do Estado abre possibilidades interpretativas. E uma delas é a percepção de que os atores que se situam nas corporações policiais são múltiplos, com várias orientações políticas e ideológicas. Se o Movimento de Policiais Antifascismo se apresenta com um viés ideológico progressista à esquerda, isso implica afirmar que esses sujeitos lutam contra um sistema ou um modelo de polícia que apresenta problemas. Reconhecer suas ideias se torna fundamental nesta pesquisa.

Além dos “Estudos de policiamento” que permitem compreender as aplicações práticas das ações policiais, é no campo dos estudos sobre militares, mais especificamente da Esquerda Militar, que é possível encontrar um objeto de pesquisa que pode abrir pistas para o entendimento dos (as) policiais antifascistas.

João Quartim de Moraes⁸ (2005) em seu livro *A esquerda militar no Brasil* delinea, historicamente, as ações de militares contra o Império; a defesa da abolição da escravidão (em núcleos de militares do Exército); a crítica ao poder das oligarquias fundiárias; o tenentismo; a revolta da chibata, dentre outros movimentos embasados de ideais e valores progressistas e que

diversos países, inclusive no Brasil (MUNIZ, PAES-MACHADO, 2010).

⁸ Outros textos do autor: MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Vol.II: da Coluna à Comuna. 1. ed. São Paulo: Siciliano, 1994. v. 1, e _____. *O colapso da resistência ao golpe de 1964*. História (São Paulo), São Paulo, v. 14, p. 49-59, 1995.

permearam o pensamento de muitos militares até 1964.

Em *Militares de esquerda: participação política e engajamento na luta armada*, Wilma Maciel (2013) analisa duas situações: 1) o engajamento de militares na luta armada contra o regime militar; e 2) como estes se tornaram indivíduos de viés ideológico de esquerda. A autora esclarece que alguns movimentos foram fundamentais para compreender esse processo. O movimento dos Sargentos em 1961, que em 1963 se transforma em revolta, e a revolta dos marinheiros, antes do golpe militar, são alguns deles. Esses grupos de militares foram perseguidos pelo regime em 1964 porque almejavam as reformas de base e a defesa da Constituição. E são esses mesmos militares que entram na luta armada contra o regime, aderindo uma identidade ideológica mais ampla, ligada a um projeto revolucionário (MACIEL, 2013).

Esse mote de análise que tende a escrutinar a ação de militares das Forças Armadas de esquerda também pode ser utilizado ao estudar policiais com a mesma tendência ideológica. Em *Esquerda policial e ação política em São Paulo (1946-1964)* Filipe Ramos Garcia (2019) analisa a existência e a atuação de policiais de esquerda na Força Pública e na Guarda Civil⁹ e os vínculos existentes com o Antimil, setor militarizado do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É a partir das entrevistas feitas com seus dois interlocutores, Vicente Sylvestre (Tenente Coronel) e Pedro Lobo de Oliveira (Capitão), que Garcia percorre arquivos e documentos históricos a respeito da atuação política de membros de viés político à esquerda dentro da Força Pública (FP) e da Guarda Civil (GC). A pesquisa revela que tanto os membros da FP quanto da GC frequentavam reuniões em associações, com membros do PCB e que participaram da campanha “O petróleo é nosso!” no início da década de 1950. As duas corporações possuíam células do PCB. Outro acontecimento importante foi a greve de 1961 em que a Esquerda Policial entrou em ação. A eclosão do movimento grevista efetivado pelos bombeiros teve como causa a negativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em conceder aumento de salário aos policiais da Força Pública. Esses são os principais fatos elencados por Filipe Garcia que comprovam a existência de uma esquerda policial no período de 1946 a 1964.

É no campo dos estudos da Esquerda Militar que os policiais do Movimento de Policiais Antifascismo, tornam-se relevantes para as Ciências Sociais porque possibilita perceber neles a emergência de atores revolucionários dentro de instituições fortemente doutrinárias.

A breve revisão de literatura feita acima revela que para analisar os policiais antifascistas

⁹ A Força Pública é o que se entende hoje por Polícia Militar. Criada em 1831 no período regencial, tinha como objetivo conter as insurreições. Já a Guarda Civil surgiu em São Paulo e sua criação tem relação direta com o crescimento populacional (GARCIA, 2019).

far-se-á necessário pensá-los como uma organização à esquerda da dinâmica política, tendo como referência o campo de estudos da Esquerda Militar. Dessa forma, a sua ação política se tornará inteligível. Além disso, os Estudos de Policiamento permitirão conhecer como esses atores entendem as práticas de policiamento e as possíveis inovações nas organizações policiais. Ao conciliar essas duas perspectivas obtém-se uma dimensão mais ampla desses policiais e de seus posicionamentos acerca da noção de democracia.

A luta contra o fascismo, a defesa da organização de classe e o direito à greve no manifesto dos policiais antifascistas podem ser situados no campo da Esquerda Militar. Já o combate ao atual modelo de política de drogas, a reestruturação horizontalizada da instituição policial e a crítica ao discurso de estado de guerra contínuo poderão ser bem inquiridos dentro do campo do policiamento e das políticas de inovações institucionais, pois nesse ponto a investigação sobre a relação da polícia com a comunidade se faz pertinente.

Dito isso, surgem indagações de como seriam as ações, práticas e ideias dos policiais do Movimento de Policiais Antifascismo. Para alcançar tal compreensão identificam-se quatro questões a serem investigadas: Como os policiais do Movimento de Policiais Antifascismo se articulam politicamente? Quais meios são instrumentalizados para compartilhar suas ideias e colocar suas ações em prática? O policiamento é pensado de qual maneira? E qual é a noção de democracia que esses sujeitos possuem?

Justificativa

No campo social esta pesquisa tem importância, pois inquire ações e ideias de policiais que pertencem ao Movimento de Policiais Antifascismo. Compreender que há grupos de profissionais da segurança pública que possuem ideais progressistas pode viabilizar uma melhor relação entre a polícia e a sociedade em geral. A legitimidade dada pela sociedade para a existência desses policiais não se basearia apenas na visão restrita de que eles são unicamente agentes da preservação da lei e da ordem, mas abre possibilidade para expandir esse olhar, pensando-os como atores defensores de uma sociedade democrática como já identificados na história do Brasil pelo campo da Esquerda Militar.

A internauta Jaqueline Santiago em uma postagem no grupo do Movimento de Policiais Antifascismo sobre o manifesto de fundação do movimento, na plataforma *facebook*, diz que “São esses policiais que me fazem ainda acreditar na polícia”¹⁰. Na mesma postagem, a usuária da

¹⁰ Disponível em: < <https://www.facebook.com/policiaisantifascismo/> > Acesso em 13 de Abr. de 2020.

plataforma Maria Tereza escreve: “Sonho com o dia em que irei a uma manifestação, legítima e pacífica, sendo protegida por vocês. E não sendo intimidada e constrangida, propositalmente, por quem tem por dever garantir nossa segurança [...]”. Esses e muitos outros comentários exibem a relevância social e política da existência de policiais que se identificam com ideias progressistas à esquerda.

Este é um fenômeno que as Ciências Sociais precisam estudar, considerando que há percepções, inclusive, de que academia historicamente possui relação conflituosa com as instituições policiais, por ser essa última compreendida como força repressora do Estado. Isso influencia diretamente nas análises teóricas, políticas e, finalmente, na própria pesquisa.

Finalmente, este projeto se justifica pela eclosão do Movimento de Policiais Antifascismo em um contexto de tensão dos preceitos democráticos não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo, pois as ideias fascistas têm sido disseminadas com mais veemência. Isso indica a necessidade de situar o Movimento de Policiais Antifascismo no Brasil dentro do campo dos estudos da Esquerda Militar.

Marco Teórico-Conceitual

Esta pesquisa não tem a instituição policial como objeto. Porém, fazer uma definição de sua função é essencial para tornar teoricamente inteligível o Movimento de Policiais Antifascismo.

Jean-Claude Monet (2006) fornece duas abordagens para pensar a função das Polícias no Ocidente. Na abordagem sociológica elas são entendidas como organizações hierarquizadas, estruturadas por regras jurídicas e subordinadas a autoridades públicas. Elas possuem agentes profissionais, recrutados e treinados que:

[...] são especializados no emprego da força, a serviço de quatro grandes tipos de atividade: a proteção das pessoas e dos bens contra as agressões ilegítimas de outrem; a provisão do sistema penal graças à detecção e prisão dos criminosos; a manutenção da ordem na rua, especialmente diante das formas de ações políticas extra-institucionais; a coleta e a transmissão, às autoridades políticas no local, de informações sobre toda uma gama de atividades que, de perto ou de longe, pareçam por em causa os fundamentos da organização social e política (MONET, 2006, p. 27).

Já a abordagem política indica que a democracia necessita da polícia para existir. Monet esclarece isso afirmando o seguinte:

[...] uma sociedade livre não pode dispensar um certo nível de ordem, ou ainda, de previsibilidade, nas trocas sociais cotidianas. Quer se trate de limitar a extensão dos comportamentos predadores sem retroceder à autodefesa dos séculos passados, de facilitar os deslocamentos em sociedades marcadas pela mobilidade, de regrar as divergências pelas quais uma arbitragem é pedida ou deve ser imposta, a força do elo social e a qualidade de vida de que se beneficia a maioria dos cidadãos das sociedades ocidentais dependem, em

boa parte, da maneira como a polícia cumpre as tarefas para as quais ela é solicitada ou que ela própria se atribui. Não só os cidadãos esperam da polícia que ela lhes assegure um certo nível de segurança, mas lhe pedem que o faça de tal modo que sua convicção democrática saia reforçada (MONET, 2006, p. 29).

Essas abordagens são fundamentais para a pesquisa que se projeta aqui, visto que elas demonstram a importância da polícia para a manutenção das relações sociais ao efetivar o cumprimento das leis e garantir a democracia. Entende-se, assim, que a polícia, em tese, não é um braço repressor do Estado e as corporações policiais possuem agentes heterogêneos.

É por isso que o conceito de Esquerda Militar, cunhado por João Quartim de Moraes (2005) em *A esquerda Militar no Brasil* será utilizado durante a pesquisa, pois ele oferece uma lente para conceber a existência de policiais com ideias progressistas à esquerda que defendem uma sociedade democrática. Apesar de seu conceito ter sido cunhado para uma análise de militares das Forças Armadas, ele pode ser operacionalizado para compreender policiais também.

O autor buscou na Assembleia Nacional de 1791 na França as metáforas entre esquerda e direita para embasar seu conceito. Era a localização espacial do grupo partidário que defendia o progresso e a igualdade social de um lado (à esquerda), e o grupo oposto, formado por partidários dos privilégios e contra a igualdade (à direita) que fundamentavam essas nomenclaturas. São essas definições históricas baseadas em valores que marcaram as diferenças entre os dois termos. Porém, de acordo com Quartim de Moraes (2005), como são valores, é preciso fazer referência a situações históricas concretas para que elas realmente encontrem significados. Então ele afirma:

Há um século, a causa da igualdade se concretizava no abolicionismo. Hoje, na reforma agrária, no combate sindical e partidário pelos direitos sociais dos trabalhadores, na defesa da economia nacional contra os trustes e a agiotagem do capital financeiro internacional, na luta contra o imperialismo e as guerras de recolonização (MORAES, 2005, p. 31).

A investigação de situações que ocorreram ou ocorrem pode apreender a existência de uma esquerda, e no caso em questão, uma esquerda militar. Por isso, é importante situar historicamente tais acontecimentos. Assim fez o autor ao demonstrar a repulsa de muitos militares, inclusive do Marechal Deodoro e do Major Benjamin Constant, ao sistema escravocrata; a revolta dos marinheiros subalternos iniciada em 1910, conhecida como revolta da chibata; a contestação da jovem oficialidade do Exército ao sistema de privilégios e do monopólio do poder político dado às oligarquias agrárias na República Velha, movimento conhecido como tenentismo; dentre outros (MORAES, 2005).

O conceito de Esquerda Militar pode ser apreendido como uma categoria analítica ou por um parâmetro político, justamente por recuperar a existência desses grupos e suas intervenções políticas e teóricas, até mesmo em clandestinidade (CUNHA, 2009), fato que ocorreu principalmente durante

a ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Paulo Cunha (2009) também informa que “a centralidade que substancia e, ao mesmo tempo, preenche o conceito de Esquerda Militar – vetores morais e políticos – é válida contemporaneamente, e, abre projetivamente outras linhas de pesquisa” (CUNHA, 2009, p. 4). Assim, ele também se torna um campo de estudos que não se esgota nos acontecimentos do passado.

Se os vetores morais e políticos amparam o termo, eles também servem para ampliar o objeto de investigação e os campos de aplicação em realidades temporais e espaciais distintas. Dessa forma, não apenas os militares das Forças Armadas, mas policiais, militares ou não, podem ser visualizados por essa lente conceitual, justamente pelo fato de se colocarem como atores políticos à esquerda e defenderem pautas progressistas. Com isso, o Movimento de Policiais Antifascistas pode se alocar nessa perspectiva.

Esse conceito fornece uma lente para visualizar o Movimento de Policiais Antifascismo no âmbito de suas atuações e ações políticas ao buscar transformar a polícia e defender uma sociedade democrática.

Mas, além disso, esta pesquisa tenciona relacionar o conteúdo político-ideológico do movimento à prática policial. Isto é, o policiamento se torna outro elemento de escrutínio. Se o Movimento de Policiais Antifascismo tem base político-ideológica à esquerda, o tipo de policiamento efetuado por ele tem relevância.

Tendo como base o primeiro manifesto do Movimento de Policiais Antifascismo no qual a pretensão é a de: evitar o discurso de guerra contínuo; mudar a política de repressão às drogas; e reorganizar a estrutura policial de forma horizontalizada; busca-se, então, uma reorientação da administração e da prática de policiamento. Se o argumento visa a não repressão, ou seja, uma atitude policial não reativa (tradicional), a perspectiva do Policiamento Comunitário se impõe como parâmetro à análise. Este conceito está dentro do campo dos Estudos de Policiamento.

O Policiamento Comunitário surgiu com o intuito de promover uma resposta mais sensível e apropriada da polícia aos cidadãos. É um policiamento voltado à comunidade compreendida como fundamental para prevenção e diminuição do crime. Em tese, o policiamento comunitário necessita de quatro normas: “1. Organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; 2. Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não-emergenciais [sic]; 3. Aumentar a responsabilização das comunidades locais; e 4. Descentralizar o comando” (SKOLNICK; BAYLEY, 2006, p. 19). O que se entende com isso é que esse conceito implica em

um novo relacionamento entre a polícia e a coletividade por trazer esta para o combate ao crime e à manutenção da lei e da ordem. A ideia é envolver o público na sua própria defesa.

O conceito de Policiamento Comunitário servirá de modelo às análises comparativas que serão feitas com a noção de policiamento que os policiais antifascistas possuem. Isso se dará pelo fato desse conceito ser entendido como o mais democrático e progressista atualmente, não apenas no Ocidente como em algumas sociedades do Oriente (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

Portanto, esses são os marcos teóricos, conceituais e analíticos iniciais nos quais esta pesquisa se ampara. A função da polícia como fundamento para uma sociedade democrática; a existência de policiais com viés ideológico à esquerda; e as práticas de policiamento compreendidas como progressistas existem na teoria quanto na prática, cabe agora proceder à pesquisa para determinar o que, de fato, significa o Movimento de Policiais Antifascismo.

Objetivo Geral

Analisar e compreender as ações, práticas e ideias dos policiais do Movimento de Policiais Antifascismo no Brasil contemporâneo.

Objetivos Específicos

- Compreender historicamente os debates sobre a democracia que permearam a Constituição Federal de 1988 no Brasil;
- Investigar como o movimento de Policiais Antifascismo se expressa por meio das mídias digitais;
- Escrutinar as articulações políticas desse grupo tanto no campo partidário quanto internamente nas organizações policiais;
- Identificar como os policiais do Movimento entendem as práticas de policiamento em relação à comunidade.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa utilizará abordagens qualitativa e quantitativa¹¹. Para o primeiro objetivo específico será realizado um levantamento de literatura sobre os temas democracia e cidadania no

¹¹ As abordagens quantitativas surgiram na Sociologia com o objetivo de generalização do fenômeno estudado. Por isso, os métodos empregados são acompanhados de análises estatísticas. Já as abordagens qualitativas descendem da Sociologia como interpretação, visando o entendimento das lógicas e processos com mais profundidade (ALONSO, 2016). Cada pesquisa exige uma abordagem distinta, porém também é possível e desejável empreender as duas para complementar a obtenção de dados e enriquecer o processo de investigação.

Brasil tendo a Constituição Federal de 1988 como pano de fundo. As fontes serão livros e artigos ou produções audiovisuais encontradas nas plataformas *SciELO* Brasil (Scientific Electronic Library Online), *Google* acadêmico e *YouTube*. Objetiva-se delinear as características da democracia no Brasil e construir um modelo conceitual como parâmetro para analisar o que os (as) policiais antifascistas, por sua vez, entendem sobre o tema.

Para dar conta dos objetivos 2, 3 e 4, as mídias digitais serão o campo de investigação. De acordo com Richard Miskolci (2011 p. 12) “Mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede [...]”. Essas novas mídias têm a capacidade de visibilizar pessoas e grupos que não tinham acesso aos meios de comunicação tradicionais. Miskolci (2011) utiliza o termo “protagonismo individual” para demonstrar que, atualmente, novos modelos de comportamento são agenciados pelas pessoas que vivenciam as mídias digitais.

Filipe Cezarinho (2018), ao entrar no debate da pesquisa em mídias digitais no campo da História, entende que a falta da autoria sobre uma documentação não inviabiliza a pesquisa. Os conteúdos postados em plataformas digitais são, muitas vezes, trazidos dos contextos materiais vivenciados. “[...] todo e qualquer registro que pode ser acessado em plataformas digitais fazem parte de determinada sociedade em tempo/espaço específicos, assim podendo ser interligado socialmente por práticas discursivas que circulam” (CEZARINHO, 2018, p. 336). O historiador, apoiado nos pressupostos de autoria (Michel Foucault) e de lugar e espaço (Michel de Certeau), fornece subsídios para analisar as publicações que não prescindem de autoria, mas que configuram como potenciais registros para a produção do conhecimento histórico e que, portanto, não devem ser negligenciados.

O *Facebook* será o ambiente no qual grande parte dos dados primários e secundários desta pesquisa será coletada. Essa plataforma é descrita

[...] como um *website*, que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores. Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores (BUFFARDI; CAMPBELL, 2008; TUFEKCI, 2008 *Apud* CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 168).

Foram registrados na plataforma *Facebook* mais de 1.150 milhões de utilizadores em 2015 (CORREIA; MOREIRA, 2014) e, no Brasil, 86% dos brasileiros com acesso à internet usam essa rede social (ALVES, 2016). Esses dados demonstram que a plataforma se configura como espaço de produção de códigos, representações e relações sociais.

Os sistemas de mensagens privadas e os murais de comunicações públicas do *Facebook*

serão utilizados para extração de informações que se transformarão em dados. O pesquisador entrará em contato com policiais que fazem parte do Movimento de Policiais Antifascismo e acompanhará suas postagens em seus respectivos murais. Além disso, o sistema de mensagens privadas será utilizado para inquirição das temáticas publicadas. Todas as postagens coletivas feitas no grupo dos Policiais Antifascismo, ou por seus integrantes de forma individual em seus perfis, serão salvas por meio da ferramenta de coleta de dados *screenshot*¹² e arquivado em seguida.

A pesquisa no *Facebook* possibilitará compreender como os policiais antifascistas se expressam nas mídias digitais; suas relações com a política partidária; e as ideias de policiamento. Essa é a abordagem qualitativa que será efetivada.

Executar o monitoramento de todos (as) os (as) policiais do movimento não é cabível, por isso, a pesquisa fará um recorte e terá apenas policiais militares como amostra do universo que se pretende inquirir. A escolha de policiais militares se deu por dois fatores, a saber: 1) parte-se do pressuposto que esses policiais possuem direcionamento ideológico à esquerda, por isso se utilizou anteriormente o conceito de Esquerda Militar e 2) a instituição militar tende a restringir formas de expressões individuais, diferente, por exemplo, das relações internas e externas existentes nas polícias não militares. É por isso que muitas vezes a pesquisa poderá se deparar com postagens sem autoria ou com autoria coletiva dentro do grupo.

Questionários *on-line* também serão aplicados como complemento à coleta de dados. Essa técnica tem a capacidade de reduzir custos e acelerar a obtenção dos dados, visto que o pesquisador não precisa se deslocar para ficar frente a frente com o (a) pesquisado (a) (TORINI, 2016). O emprego da abordagem quantitativa através da aplicação dos questionários *on-line* possibilitará mapear um número maior de policiais, dando conta daqueles que não fazem postagens cotidianamente ou que nem estão no *facebook*. Além disso, a análise efetuada no *facebook* tem limitações. É impossível observar o comportamento de todos os sujeitos na plataforma.

O Formulário *Google (Forms google)* é uma plataforma gratuita bastante utilizada por pesquisadores de várias áreas atualmente. É possível criar perguntas por ele e monitorar em tempo real as respostas, se for o caso. O Formulário Google ainda produz gráficos e tabelas com resultados provisórios da pesquisa. Assim que a aplicação se encerrar os dados serão baixados e poderão ser enviados para o *Excel*. Estando no *Excel*, será possível realizar correlações de variáveis e potencializar as análises. A aplicação dos questionários seguirá as etapas descritas por Torini (2016): 1) elaboração do questionário; 2) pré-teste; 3) aplicação; 4) checagem; 5) codificação; e 6)

¹² Na maioria dos teclados de computadores essa ferramenta aparece com o nome *Printscreen*. O usuário clica nesse botão e toda imagem exibida pela tela é copiada. Dessa forma, as informações ficam salvas.

análise.

Os questionários *on-line* possibilitarão coletar informações diretas sobre as noções de policiamento, as articulações políticas, os meios de ação e as concepções de democracia que os policiais do Movimento de Policiais Antifascismo possuem.

Cronograma

Atividades	2021		2022		2023		2024	
	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Disciplinas Teóricas; Realização dos Créditos.	X	X	X					
Revisão Bibliográfica.	X	X	X	X	X	X		
Estágio de docência.			X	X				
Coleta e análise de dados.			X	X	X			
Produção do Texto para o exame de qualificação.				X	X			
Exame de qualificação.					X			
Redação e revisão final ortográfica da Tese.						X	X	X
Relatórios de atividade.	X	X	X	X	X	X	X	X
Defesa da Tese.								X

Referências

ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JR., Jaime. (Org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/Cebrap, 2016.

ALVES, Marcelo. Abordagem da coleta de dados nas mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016.

ANUÁRIO brasileiro de segurança pública. **Fórum brasileiro de segurança pública**, ISSN 1983-

7364, 2019.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**: Uma análise Internacional Comparativa. Trad. Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: EdUSP (Polícia e Sociedade; n.1), 2001.

BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome. **Nova Polícia**: Inovações na polícia de seis cidades norte americanas. Trad. Geraldo Gerson de Souza. 2. Ed, 1. Reimpr. São Paulo: EdUSP (Polícia e Sociedade; n.2), 2006.

BENGOCHEA, J. L. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C, Varriale et ai. (Coord). Trad. João Ferreira. Brasília : EDUnB, 1998.

CEZARINHO, Filipe. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. **Temporalidades – Revista de História**, v. 10, n. 1, 2018.

CORREIRA, Pedro; MOREIRA, Maria. Novas formas de comunicação: história do Facebook – uma história necessariamente breve. **ALCEU**, v. 14, n.28, p. 168-187, 2014.

COSTA, Arthur T. M. Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 121-150, 2004.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **A esquerda militar no Brasil**: uma leitura e várias agendas. In: Anais do III Encontro Nacional da ABED, 2009.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.

GARCIA, Felipe Ramos. **Esquerda Policial e Ação Política em São Paulo (1946-1964)**. Dissertação (Mestrado), Marília: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2019.

MACIEL, Wilma Militares de esquerda: participação política e engajamento na luta armada. **Perseu**. N. 9, 2013.

MISKOLCI, Richard. Novas Conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, v. 12, p. 9-22, 2011.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. 2. Ed., 1. Reimpr. São Paulo: EdUSP (Série Polícia e Sociedade, n.3), 2006.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v. II: da Coluna à Comuna. 1. Ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. **A esquerda militar no Brasil**. Volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. 2 Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2005.

_____. O colapso da resistência ao golpe de 1964. **História**, v. 14, p. 49-59, 1995.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Cadernos CRH**, v. 23, p. 437-447, 2010.

NETO, Paulo de Mesquita. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 103-110, 2004.

REINER, R. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

SKOLNICK, Jerome; BAYLEY, David. **Policiamento Comunitário**: Questões e práticas através do mundo. Trad. de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1ª Ed., 1ª Reimp. São Paulo: EdUSP (Série Polícia & Sociedade, n. 6, Organização: Nancy Cardia), 2006.

TAVARES, José Vicente dos Santos. A arma e a flor – formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 155-167, 1997.

TORINI, Danilo. Questionários on-line. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JR., Jaime. (Org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco quantitativo. 1ª Ed., São Paulo Sesc São Paulo/Cebrap, 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: EdUnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Fontes:

ALVES, Fernando. **Policiais Antifascismo**: um conceito. Saiba mais: agência de reportagem. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/policiais-antifascismo-um-conceito/>. Acesso em: 31 de março de 2020.

OLIVEIRA, Rafael. PM é aposentado aos 29 anos por apoiar o #elenão. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2020/01/pm-que-apoiou-elenao-foi-aposentado-aos-29-anos-e-pode-ser-expulso-por-dar-opiniaio/>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

POLICIAIS ANTIFASCISMO. **Manifesto dos policiais antifascismo**. Disponível em: <http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2018/03/manifesto-dos-policiais-antifascismo-o.html?view=magazine>. Acesso em: 17 de ago. de 2020.

POLICIAIS ANTIFASCISMO. **Manifesto dos policiais antifascismo**. Disponível em: <http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/06/500-policiais-assinam-manifesto-contra.html?view=classic>. Acesso em 04 de jul. de 2020.

STABILE, Arthur, MENDONÇA, Jeniffer. **PM integrante do Policiais Antifascismo é executado no RN**. Ponte. Disponível em: <https://ponte.org/pm-integrante-do-policiais-antifascismo-e-executado-no-rn/>. Acesso: em 04 de jul. 2020.

Recebido em: 12 de março de 2021.

Aprovado em: 01 de setembro de 2021.